revista Fronteiras – estudos midiáticos
24(1):22-36 janeiro/abril 2022
Unisinos – doi: 10.4013/fem.2022.241.03

Um conceito na rede: interseccionalidade e sua tradução na web francesa

A concept on the web: the translation of intersectionality on the French web

Jaércio da Silva[*]
jaercio-bento.da-silva@u-paris2.fr

RESUMO

Partindo de um ponto de vista sócio-técnico, este artigo propõe estudar como o conceito de interseccionalidade ganha uma força particular nas redes sociais. Ele baseia-se em uma dupla constatação. Primeira, as plataformas permitem a construção narrativa de categorias da população que não se reconhecem nas produções midiáticas e da indústria cultural. Segunda, elas possibilitam o encontro (e agrupamento) de indivíduos a partir das experiências sociais que lhes são comuns ou de uma interpretação comum dessas experiências. Este artigo visa responder à seguinte pergunta: Qual é o resultado do encontro entre a força performativa da interseccionalidade e a força performativa das plataformas digitais? Para isso, o texto é organizado em duas partes. A primeira é voltada para a apresentação dos dados analisados durante a pesquisa de campo e procura demonstrar que os atores atribuem um sentido particular à interseccionalidade, a partir do qual eles produzem objetos midiáticos alternativos e favorecem a construção de uma *comunidade de ação*. A segunda parte concerne a análise das condições políticas, materiais e técnicas de emergência deste discurso nas plataformas digitais. Esta pesquisa faz parte de uma tese de doutorado em andamento. Ela mobiliza técnicas clássicas do método etnográfico e ferramentas digitais que facilitam a coleta e a construção de base de dados. A análise é baseada na articulação de diferentes materiais: texto de apresentação e estatísticas (número de seguidores, curtidas, compartilhamentos); anotações feitas no caderno de pesquisa de campo; 23 entrevistas semi-estruturadas; e a análise do conteúdo multimídia.

Palavras-chave: sociologia digital; sociologia dos usos; plataformas; interseccionalidade.

ABSTRACT

From a socio-technical perspective, this paper proposes to study how the concept of intersectionality emerges in social networks. It is based on a double observation. First, the platforms allow the narrative construction of categories of the population that do not recognize themselves in media and cultural industry productions. Second, they enable the meeting (and grouping) of individuals based on social experiences that are common to them or on a common interpretation of these experiences. This paper aims to answer the following question: What is the result of the encounter between the performative power of intersectionality and the performative power of digital platforms? For this purpose, the text is organized into two parts. The first one is focused on the presentation of the data analyzed during the field research to demonstrate that the actors attribute a particular meaning to intersectionality, from which they produce alternative media objects and favor the construction of a community of action. The second part concerns the analysis of the political, material, and technical conditions of the emergence of this discourse on digital platforms. This research is part of a doctoral thesis in progress. It mobilizes classical techniques of the ethnographic method and digital tools that facilitate data collection and database construction. The analysis is based on a qualitative approach and on the articulation of different materials: presentation text and statistics (number of followers, likes, shares); notes taken in the field research notebook; 23 semi-structured interviews; and the analysis of multimedia content.

Keywords: digital studies; sociology of uses; platforms; intersectionality.

[*] Universidade Paris-Panthéon-Assas. 75006 Paris, França.

Introdução

Este artigo faz parte de uma tese de doutorado em Ciências da Comunicação que está em andamento. Esta pesquisa iniciou em dezembro de 2017, quando ainda preparávamos nossa dissertação de mestrado sobre o *empoderamento* feminino negro no YouTube e sobre novas formas de organização militante (Da Silva, 2019, 2020). Sem ter a intenção de procurar conteúdos sobre a interseccionalidade, começamos a percorrer de forma aleatória diferentes páginas e perfis, sobre gênero em geral, até que alguns vídeos sobre práticas feministas apareceram no YouTube. Entre os vídeos que a plataforma propôs na seção de recomendações – seleção feita pelo algoritmo, baseado nas pesquisas realizadas neste momento –, encontramos o vídeo de *Clem*[1] do canal *Keyholes & Snapshots* sobre interseccionalidade e feminismo negro[2]. Este foi o nosso primeiro contato com o conceito, como pesquisadores, ele é o resultado de um percurso marcado pela *serendipity,* já que um fato inesperado reorientou nossa pesquisa inicial (Catellin, 2014). Antes mesmo de conhecer a interseccionalidade-conceito, encontramos primeiro a interseccionalidade-mobilização, esta que ultrapassa os muros da universidade e dos círculos militantes para se constituir em debate na web.

Ainda sem identificar os desafios epistemológicos e políticos de tal objeto, decidimos dar continuidade à pesquisa. Particularmente no contexto francês, onde os estudos sobre as questões raciais despertam contradições sobre o reconhecimento da existência de "raças humanas" e sobre a organização dessas em comunidades, movimentos e associações. O princípio de universalismo tende a favorecer um pensamento *colorblindness,* onde todos devem ser tratados de forma equivalente e nada pode intermediar a relação entre o Estado e os cidadãos. Neste sentido, o indivíduo precisa ter acesso ao Estado porque é cidadão e não porque é membro de um grupo ou comunidade minoritários. Isto se exprime pelo princípio de igualdade de direitos e de deveres. O problema é que, na prática, uma parte da população enfrenta um tratamento discriminatório na hora de encontrar uma moradia, um emprego ou mesmo de tratamento pelas instituições oficiais – como a polícia por exemplo (Ndiaye, 2008). Acontece que – como explica a socióloga Colette Guillaumin – são justamente essas relações sociais que *fabricam* a cada momento categorias diferentes da população: "fora dessas relações eles não existem, eles não podem mesmo ser imaginados. Não estamos falando de elementos da natureza, mas de elementos naturalizados através das práticas sociais" (Guillaumin, 2016:187).

Essa resistência em falar sobre raça contribuiu para que, por diversos anos, a organização de mulheres negras fosse ocultada da história do movimento feminista (Dorlin, 2008). Assim como no Brasil, com o trabalho pioneiro de Lélia Gonzalez (Rodrigues e Gonçalves Freitas, 2021), ou nos Estados-Unidos, com a declaração do *Combahee River Collective* em 1977; na França, Awa Thiam (1978) foi precursora da lógica interseccional. Ela publicou o livro *La parole aux negresses*, onde reuniu o testemunho de mulheres do Mali, Senegal e Guiné par evocar os problemas "múltiplos" que as mulheres negras "acumulam", ou seja, as dificuldades particulares que elas enfrentam; que as diferencia dos "homens negros" e das "mulheres brancas". Ela inclusive fez parte da *Coordination des femmes noires* (CFN) de 1976 a 1982, organização pioneira que foi sucedida pelo *Mouvement pour la défense des droits de la femme noire* (MODEFEN) de 1982 a 1994. Como explica Amandine Gay no prefácio da edição francesa de *Ain't I a Woman. Black Women and Feminism* (hooks, 2015:9-32)*,* o começo dos anos 90 marca o momento em que o movimento de mulheres negras se esgota na França e não chega a inscrever suas ações na história das lutas feministas. Recentemente, quando o coletivo *Mwasi* apareceu no cenário político-militante, em 2014, proclamando a interseccionalidade de lutas, os membros afirmaram que o ativismo que eles manifestam hoje inscreve-se na linha política dessas primeiras organizações. O que se resume concretamente a uma composição não mista, exclusivamente reservadas às mulheres negras – cisgênero e transgênero (Othieno e Davis, 2019:46-62).

Essa resistência às questões raciais também contribuiu para que a interseccionalidade – formalizada como conceito científico – despertasse tardiamente na França. Se os artigos de Kimberle Crenshaw aparecem nos Estados-Unidos no fim dos anos 80[3], a primeira versão de um dos seus textos em francês aparece apenas

[1] Alguns atores utilizam um pseudônimo nas redes sociais (Alma, Clem, Elawan, Mrs Roots) e nos decidimos respeitar a escolha deles
[2] Na França, o movimento de mulheres negras é denominado afrofeminismo. A escolha deste termo situa o vínculo do movimento as lutas sociais e políticas da relação entre a França e a África e da diáspora africana nos departamentos franceses ultramarinos de uma forma geral. Para saber mais, recomendamos a leitura do livro *Afrofem,* (Paris, Syllepse, 2018)
[3] Este primeiro texto foi traduzido recentemente em 2021

em 2005[4]. No campo das ciências humanas e sociais, a interseccionalidade é apreendida massivamente a partir do trabalho da jurista estadunidense. Ele não é utilizado metodologicamente, mas como uma ferramenta que auxilia o pesquisador a analisar a imbricação das relações sociais de uma forma geral (Lépinard e Mazouz, 2019, Fassin, 2015, Fassin e Viveros Vigoya, 2019). No entanto, o que nós propomos aqui é estudar a interseccionalidade como objeto. Para isso, nós recorremos à Sociologia do trabalho científico (Vinck, 2007), pois ela nos permite compreender a interseccionalidade como *objeto científico,* fabricado pelo pesquisador, em um contexto preciso. Nesse sentido, o conceito não é entendido aqui como o resultado de uma "descoberta", de uma realidade que existia independentemente e foi encontrada pelo pesquisador. No nosso caso, entendemos que Kimberle Crenshaw fabrica o conceito em um contexto que a precede largamente e com o qual ela dialoga. Ela não cria nada de inédito, ela formaliza um *savoir profane* pré-existente. Crenshaw aborda um problema antigo, discutido por feministas negras dos dois lados do Atlântico (Davis, 2015). De forma alguma tentamos aqui questionar a origem do conceito. Tampouco colocar em competição as diferentes formas de falar de interseccionalidade. Postulamos que o conceito é o resultado de uma relação de troca intensa entre os espaços militantes e os espaços acadêmicos e isto em diferentes contextos (estadunidense, brasileiro, europeu). Nossa hipótese é de que em cada um desses contextos, o conceito ganha um sentido particular e é retrabalhado para ganhar um outro significado. Por isso, estamos interessados na tradução do conceito na web e em contexto francês.

Partindo de um ponto de vista sócio-técnico (Akirch, 1993), este artigo propõe estudar como o conceito de interseccionalidade ganha uma força particular nas redes sociais. Ele baseia-se em uma dupla constatação. A primeira, que as plataformas permitem a construção narrativa de categorias da população que não se reconhecem nas produções midiáticas e da indústria cultural. A segunda, que essas mesmas plataformas possibilitam o encontro (e agrupamento) de indivíduos a partir das experiências sociais que lhes são comuns ou de uma interpretação comum dessas experiências. As múltiplas reivindicações que um único indivíduo porta (entrecruzando, por exemplo, classe social, gênero e raça) podem existir simultaneamente nesses espaços sem que o conteúdo seja necessariamente aprovado por um grupo dominante e, principalmente, sem que uma hierarquia entre essas reivindicações seja necessária. Neste sentido, o conceito de interseccionalidade oferece aos indivíduos a possibilidade de expressar suas experiências sociais bem como de nomeá-las.

O fato de colocar a interseccionalidade na posição de objeto foi possível através da articulação de três áreas da sociologia: tradução (Akrich *et al.*, 2006), usos (Jouët, 2000, Prouxl, 2020) e pragmática (Lemieux, 2018). Essa combinação, como sugere Jérôme Denis, dá ao pesquisador a possibilidade de seguir as pessoas nas suas deambulações dentro de um espaço de atividades heterogêneas. O observador pode dar atenção aos diferentes encontros que ocorrem entre humanos e não-humanos e compreender as modalidades precisas das realizações (rotinas, rupturas, mudanças de registro, adaptações, etc.). Nesta perspectiva, os "usos" são entendidos aqui como "momentos que pontuam uma ação" (Denis, 2009:12); e as "práticas" como uma ação que une a técnica e o social (Jouët, 1992:37).

Ao adotar uma abordagem qualitativa, esta pesquisa mobiliza técnicas clássicas do método etnográfico (observação, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdos). Ela articula informações coletadas online e off-line (Jouët e Le Caroff, 2016), particularmente com a participação do pesquisador em 18 manifestações organizadas pelos atores[5] na "vida real". Esses eventos (debates, lançamento de livros, festivais) são entendidos aqui como um prolongamento dos espaços digitais e não como uma forma de oposição entre uma pesquisa de campo que seria física e uma outra digital (Despontin Lefèvre, 2021). A análise é baseada na articulação de diferentes materiais: texto de apresentação e estatísticas (número de seguidores, curtidas, compartilhamentos), anotações feitas no caderno de pesquisa de campo durante os anos de 2017 a 2020), 23 entrevistas semiestruturadas e a análise do conteúdo multimídia produzido por 34 atores (vídeos, textos e áudios).

Este artigo visa apresentar as diferentes formas que a interseccionalidade ganha nas redes sociais na França. Precisamente, vamos responder a três questões: Qual é o resultado do encontro entre a força performativa da interseccionalidade e a força performativa das

[4] Vide edição número 39 da revista *Cahiers du Genre*

[5] Optamos em utilizar "atores" para fazer referência aos sujeitos que fazem parte da nossa pesquisa de campo. O termo designa um individuo autônomo, agente e capar de se adaptar as circunstâncias e de inventar novas funções (Dubar, 2007). Ele está na sua forma masculina para facilitar a leitura do artigo, mas não significa que ele faça referência apenas aos sujeitos masculinos; que no nosso caso estão em minoria entre os atores estudados (3/29)

plataformas digitais? Podemos identificar uma utilização comum da web entre as iniciativas analisadas? Em quais condições essas práticas emergem? Para responder a esses questionamentos, o texto é estruturado em duas partes. A primeira é voltada para a apresentação dos dados analisados durante a pesquisa de campo e procura demonstrar que os atores atribuem um sentido particular à interseccionalidade, a partir do qual eles produzem objetos midiáticos alternativos e favorecem a construção de uma *comunidade de ação*. O termo MultiMicroMídia (MMM) que introduziremos aqui serve para organizar esses os atores, ao mesmo tempo que cristaliza uma prática comum nas redes sociais. A segunda parte concerne a análise das condições políticas e materiais de emergência deste discurso nas plataformas digitais. Este trabalho considera que o fenômeno de *plataformização* (Van Dijck *et al.,* 2019, Poell *et al*., 2019, Poell, 2020) dos movimentos sociais - ou de *tecnicização* da ação militante (Granjon, 2001) – ocorre em espaços comerciais de lógica liberal (Loveluck, 2018) e que são ao mesmo tempo ambivalentes para os grupos minoritários (Badouard, 2017).

A tradução do conceito nas redes

Nos últimos anos a interseccionalidade tornou-se assunto de discussão nas redes sociais na França. Um simples comando nos motores de busca é suficiente para identificar dois grupos de atores diferentes. O primeiro é um grupo de indivíduos que falam de interseccionalidade. Eles reivindicam o conceito como *argumento* que serve para qualificar ou desqualificar um discurso ou uma ação. A interseccionalidade ganha igualmente a dimensão de *adjetivo* quando serve para que os indivíduos se posicionem no "espaço da causa femininas" (Bereni 2012). Ele marca a diferença entre um movimento feminista percebido como disciplinado (Bilge 2013) e um feminismo dito interseccional - que considera como prioridade e de forma combinada as categorias raciais e de classe social na sua agenda política. Neste sentido, assistimos a uma multiplicação de perfis e páginas que reivindicam os termos "feminismo interseccional" ou "causa interseccional" nas redes sociais. Esse primeiro grupo de atores não parece produzir um engajamento singular. A interseccionalidade é para eles o objeto de uma conversa ou de um posicionamento, mas ela pode simplesmente desaparecer e aleatoriamente dar lugar a uma outra reivindicação.

No entanto, quando olhamos com mais atenção, uma prática comum emerge. Um segundo grupo de atores decidiu criar objetos midiáticos (blogs, podcasts, canais de vídeos, revistas eletrônicas) com uma *lógica interseccional*[6]. Esses objetos podem ser considerados como midiáticos por três razões: eles utilizam uma técnica para produzir significado; eles têm por finalidade a difusão e a vulgarização de informação; e eles são intermediários entre produção, transmissão e audiência (Balle, 1998, Rieffel, 2005). A dimensão *performativa* da apropriação do conceito vem à tona. Nossa hipótese é que a descoberta da interseccionalidade conduz esses indivíduos a *performar*. Ou seja, transformar a compreensão pessoal que eles têm do conceito em objetos midiáticos que servem para: dar forma a essa experiência (1), constituir-se como fonte de informação sobre o conceito (2) e afirmar sua própria identidade de gênero, classe e raça (3). Neste caso, a interseccionalidade torna-se uma potência que leva alguns indivíduos a agir, ou, no nosso caso, a questionar, produzir, debater, mobilizar. Os trabalhos de Judith Butler e de J. L. Austin são indispensáveis para compreender a maneira com que as palavras agem no mundo. Esses filósofos adotam um enfoque pragmático que entende a linguagem como um ato que *performa* o mundo. Assim, podemos dizer que a interseccionalidade é "uma forma de conduta" (Butler, 2017:118). Contudo, é importante precisar que a interseccionalidade não produz a realidade que ela nomeia. Ela dá nome a situações, posições ou experiências sociais que preexistem à sua fabricação como conceito. Os indivíduos não encontram o machismo, o racismo e o preconceito de classe com a descoberta da interseccionalidade. A performance do conceito é ligada justamente à possibilidade de reunir-denominar essas experiências. Em outras palavras, a performance do conceito não advém do fato que ele produz uma situação nova, mas ele concede ao indivíduo a capacidade de identificar uma vivência até então não designada. De acordo com Sirma Bilge – que explica a interseccionalidade como uma "práxi crítica" –, de um ponto de vista materialista, o conceito está voltado para a justiça social. Ao dar nome a uma situação de injustiça, a interseccionalidade impulsiona os indivíduos à transformação da sociedade na qual eles atuam (Bilge, 2015:17).

O estudo aprofundado deste segundo grupo de atores permite compreender a tradução do conceito no

[6] Ação implícita ou explicita de mobilizar o conceito de interseccionalidade como instrumento de análise dos fatos sociais, neste caso as relações de opressão-discriminação ligadas ao gênero, a raça e a classe, de forma combinada

contexto francês. Nós identificamos 34 atores que utilizam diferentes plataformas (Instagram, Facebook, YouTube, WordPress, SoundCloud) para falar de interseccionalidade. Juntos, eles atualizam 189 contas, perfis e/ou páginas onde divulgam uma produção de conteúdo multiforme (textos, vídeos, imagens e áudios) e interagem com uma comunidade de leitores, ouvintes e seguidores. Por uma questão metodológica, agrupamos esses espaços em 29 *MultiMicroMédias* (MMM). Esta noção foi desenvolvida durante o trabalho de tese que deu origem a este artigo. O termo que introduzimos aqui será utilizado ao longo deste artigo para falar de objetos midiáticos alternativos (Downing, 2000, Atton, 2001), isto é, que não respondem aos critérios do mercado midiático (jornalismo e publicidade) e não atingem (ou não desejam atingir) uma vasta audiência. Poderíamos simplesmente falar de meios de comunicação alternativos e inscrever esta pesquisa na linha dos estudos sobre a utilização de objetos midiáticos por movimentos sociais. No entanto, os MMM que estudamos não fazem parte de um movimento político estruturado como no estudo de Ana Cristina Suzina (2019) sobre as mídias populares brasileiras. A pesquisadora argumenta que o "potencial emancipatório" dos meios de comunicação provém precisamente da dinâmica de participação coletiva que orienta a produção da informação. No nosso caso, longe de suportes organizacionais formais, são sobretudo de indivíduos (ou pequenos grupos de indivíduos) que desejam tornar-se mídias. Então, poderíamos compará-los aos "automídias" que descreve Laurent Thiong-Kay: combinando informação jornalística e comu-

n	Micromidia	Blog Site	Instagram	YouTube	Podcasts	Twitter	Facebook	Tumbrl	Twitter Pessoal	Instagram Pessoal	Outros	Newsletter	Linktree / Lnky.in	$	(n)	Atores	Entrevistas
1	A l'intersection	Site Web	Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter			Compte Personnel	Compte Personnel		Newsletter	Linktree	Tipee	9	Anas Daif	1
2	Afromuns	Blog	Compte Instagram			Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel	Compte Personnel					6	Diariatou Kebe	1
3	Afropea	Site web	Compte Instagram			Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl	Compte Personnel						6	Marie-Julie Chalu	1
4	Amandine Gay	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube		Compte Twitter	Page Facebook				Pinterest				6	Amandine Gay	0
5	AssiegëEs	Site web	Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel				Linktree	Don	8	Fania Nöel	1
6	Aux Marches du palais	Blog	Compte Instagram			Compte Twitter									3	Elisa Rojas	0
7	Ce que j'ai dans la tête	Blog	Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter									4	Ndèye Fatou Kane	1
8	Dialna	Site Web	Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook				Spotify		Linktree	Etsy	8	Nadia Bouchenni et Nora Noord	1
9	Elawan	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube		Compte Twitter	Page Facebook							Utip	6	Elawan	1
10	Extimité		Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel				Linktree	Tipee	7	Anthony Vincent et Douce Dibondo	2
11	Fanm ka chayé kò		Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel				Linktree	Kofi	8	Melissa Marival et Solène Vangout	1
12	Intersections SciencesPo Aix	Site Web	Compte Instagram				Page Facebook					Newsletter			4	Collectif	1
13	Keyholes & Snapshots			Chaîne YouTube		Compte Twitter	Page Facebook							Utip	4	Clémence	1
14	Kiffe ta race		Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel						6	Rokhaya Diallo et Grace Ly	1
15	Kiyémis	Blog	Compte Instagram			Compte Twitter	Page Facebook						Linktree		5	Kiyémis	0
16	La toile d'Alma	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube		Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl						Tipee	7	Alma	1
17	Lallab	Site Web	Compte Instagram	Chaîne YouTube		Compte Twitter	Page Facebook				Vimeo	Newsletter	Linktree	Hello Asso	9	Collectif	0
18	Le cul entre deux chaises		Compte Instagram		Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel				Linktree		6	Nina Dabboussi	1
19	Le Kitambambala agité		Compte Instagram			Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl							4	Sharone	0
20	Les dévaliseuses	Site Web	Compte Instagram			Compte Twitter									3	Collectif	0
21	Les vidéwokes	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl			Vine	Newsletter	Linktree	PayPal	11	Jo Güstin	1
22	Miroir Miroir	Site Web	Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl				Newsletter	Linktree		9	Jennifer Padjemi	1
23	Ms. DreydFul	Blog				Compte Twitter	Page Facebook	Profil Tumbrl							4	Anonyme	0
24	Mrs Roots	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook					Newsletter	Linktree	Patreon	9	Laura Nsafo	0
25	Mwasi	Site Web	Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook						Linky	Le pot solidaire	8	Collectif	1
26	pracisees_vs_grindr		Compte Instagram			Compte Twitter			Compte Personnel	Compte Personnel	Facebook Personnel				5	Miguel Shema	1
27	Reine des temps moderne	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube	Podcasts	Compte Twitter	Page Facebook			Compte Personnel	Linkedin	Newsletter	Linkin	Boutique en ligne	11	Wendie Zahibo	1
28	Revue Atayé	Site Web	Compte Instagram			Compte Twitter	Page Facebook		Compte Personnel	Compte Personnel		Newsletter			7	Anna Tjé	1
29	Venus Liuzzo	Blog	Compte Instagram	Chaîne YouTube		Compte Twitter							Linktree	Patreon	6	Vénus Liuzzo	1
	Total	22	27	13	13	28	23	6	10	5	6	8	14	14	189	34	22

Tabela 1. Recapitulativo das 29 MMM que fazem parte da pesquisa de campo, organizadas pelo número de páginas, perfis e contas nas plataformas (189), pelo número de atores (34) e de entrevistas realizadas (22).

Table 1. *Recap of the 29 MMM that are part of the field research, organized by the number of pages, profiles and accounts on the platforms (189), the number of actors (34) and the number of interviews conducted (22).*

nicação militante, os automídias são ativistas equipados materialmente para documentar manifestações sociais e coletivas (Thiong-Kay, 2020). Contudo, os MMM expressam uma autonomia (de princípio) em relação aos jornalistas (a), são raramente ligados à atualidade midiática (b) e propõem outra forma de produzir informação (c).

Uma única MMM não corresponde a uma unidade digital (endereço URL, página, perfil), mas a vários espaços que são agrupados sob o mesmo nome, o mesmo ator e linha editorial (tabela 1). Nessa simplificação, um ator (individualmente, em dupla ou em pequenos grupos) que produz vídeos para um canal do YouTube e que também está presente nas plataformas SoundCloud, Instagram, Twitter e/ou Facebook será considerado como uma mesma MMM. Elas foram identificadas a partir de três critérios. O primeiro é a *auto-reivindicação do conceito de interseccionalidade*. Isso significa que não somos nós que definimos que essas MMM utilizam (ou não) o conceito, mas são os próprios atores que reivindicam o uso da interseccionalidade. Essa informação é visível no texto de apresentação dos espaços estudados, na produção do conteúdo e/ou é revelado no momento das entrevistas. O segundo critério é a *produção de conteúdo para a web*, ou seja, a criação de objetos midiáticos para falar-reivindicar-vulgarizar a interseccionalidade. Assim sendo, o termo MMM demarca claramente a diferença entre esses objetos midiáticos – estruturados e formais – e os espaços privados, onde os indivíduos (do primeiro grupo) exprimem unicamente opiniões e informações pessoais. O terceiro critério é que o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a trajetória, a tradução e a circulação do conceito *em contexto francês*. Isso exclui, em um primeiro momento, MMM não francófonas e as que, de alguma forma, não estão inseridas no território francês (belgas, suíças ou canadenses, por exemplo). Limitar o contexto parece essencial quando falamos de interseccionalidade, pois podemos comparar práticas que estão inseridas em uma mesma (e longa) história de lutas e resistências (Larcher, 2017).

Ator-Conceito-Plataforma

A partir do título deste artigo, propomos o termo "rede" como figura de linguagem para apresentar os resultados da nossa pesquisa. O termo remete diretamente à "rede mundial de computadores", lugar onde as MMM que analisamos se (re)produzem e divulgam o conceito. Porém, isto não é o essencial. Consideramos que a imagem de uma rede – entrelaçado de fios formando uma espécie de teia – ilustra igualmente a prática desses atores nesses espaços (1), o senso particular que eles atribuem ao conceito (2) e uma forma autocentrada de organização coletiva (3). Do ponto de vista teórico, a teoria ator-rede (Callon, 1986) nos ajuda pensar a tradução do conceito em termos de rede: acompanhar um ator significa se interessar às associações e às relações que ele cria (e descria), sem, portanto, considerá-las imutáveis e invariáveis. No nosso caso, analisamos os pontos de encontro entre objetos digitais, interseccionalidade e atores (individuais e coletivos).

A prática multiplataforma

No momento da entrevista, Alma me explica que ela concebeu o MMM *La toile d'Alma* como uma "teia"[7], ou seja, que seu canal no YouTube é a extensão de seu blog e dos perfis que ela alimenta nas redes sociais. Todos esses espaços estão interligados e são, ao mesmo tempo, independentes. Aliás, ela utiliza a frase "Bem-vindos à minha teia" como abertura de todos os seus vídeos. Expressão que figura igualmente no texto de apresentação do seu blog e se resume pela escolha da identidade visual da sua página (**figura 1**). Pensar em termos de rede, nessa conversa com Alma, foi revelador de uma prática comum ao grupo de atores que analisamos. Acontece que esses atores estão presentes e alimentam com conteúdos diferentes espaços, plurais e autônomos, o que nos faz pensar que a prática desses atores pode ser representada na forma de uma rede é o fato que eles estão todos conectados: pelo fio *MMM* (pessoa, nome e linha editorial) e pelo fio *multiplataforma* (Facebook, Twitter, Instargram, WordPress). Longe da imagem de uma teia harmoniosa e simétrica, esses espaços estão dispostos de maneira irregular. Em primeiro lugar pelo número de MMM (29) que utilizam a mesma plataforma. Twitter (28) e Instagram (27) em primeiro lugar; seguidos por Facebook (23), YouTube (13), WordPress (12), SoundCloud (11) e Tumblr (6).

Este uso multiplataforma parece descentralizado, mas como sugere Dal Yong Jin, ele esconde uma forma de imperialismo. Ou seja, a supremacia das plataformas baseadas nos Estados Unidos no cenário internacional, sendo que nenhum país europeu ou do Sul Global está atualmente em condições de estabelecer concorrência (Yong Jin, 2013). Em segundo lugar, o uso de diferentes

[7] *Toile*, em francês

Figura 1. Página de apresentação do blog La toile d'Alma. Disponível em: https://latoiledalma.wordpress.com/. Acesso em: 22/10/2020.
Figure 1. *La toile d'Alma blog presentation page. Available at: https://latoiledalma.wordpress.com/. Accessed on: 22/10/2020.*

plataformas não significa que esses atores atribuem a mesma importância na hora de produzir conteúdo. Em todos os casos observamos a emergência de uma *plataforma dominante*, para a qual todas as outras convergem. Por exemplo, a MMM *Kiffe ta race* dirige os seguidores das redes sociais para as plataformas de distribuição do podcast homônimo. Normalmente, a *plataforma dominante* é aquela que dá a possibilidade de desenvolver e organizar o conteúdo de forma mais complexa (temporadas, categorias, sessões, playlists), ao mesmo tempo que é a plataforma que exige mais tempo de produção. Simplesmente porque escrever ou compartilhar um tuíte, não envolve as mesmas condições (tempo, capacidade, equipamento) que a redação de um artigo, a edição de um vídeo ou áudio e/ou a edição de uma imagem.

Ao mesmo tempo, Alma levanta um outro aspecto importante: a porosidade entre as plataformas. Ela acredita que seus vídeos são um meio para encontrar outras pessoas para debater sobre o assunto. O problema é que se sente "frustrada" com o nível do debate que seus interlocutores provocam no YouTube. Ela explica: "Não aguento mais ver mulheres, negras, supercompetentes, superarticuladas e supereducadas diante de pessoas que não têm nada para acrescentar ao debate" (Entrevista com Alma, 12 de dezembro de 2017, 01:00:57). Essa dificuldade que Alma ressalta foi para nós um indício que, mesmo que exista uma *plataforma dominante*, a interação que esses atores buscam não se resume a um único espaço. Nesta lógica porosa de multiplataforma, entendemos que os vídeos que Alma publica podem não servir para conversar com outros usuários do YouTube, mas isso não significa que a conversa que ela espera não ocorra de fato. Esses vídeos servem potencialmente como fonte-recurso para alimentar a discussão em outros espaços online (Twitter, Instagram, Facebook) e off-line (reuniões, debates, conversas). Inversamente, o assunto que ela aborda nos vídeos que publica são ocasionalmente uma resposta aos questionamentos que se iniciaram em outras plataformas e mídias. Como por exemplo, o vídeo *Mon avis de métisse*[8]

[8] LA TOILE D'ALMA. 2017. *Storytime #1 - mon avis de Métisse / Ouvrir la voix*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wF8LonkqNjA. Acesso em: 13/09/2021.

em que ela publica uma reação-resposta ao documentário "Abrir a voz" de Amandine Gay (*Ouvrir la voix*, França, 2017, 122 min)[9]. Ou as reações de apoio ao festival afrofeminista *Nyansapo*[10] que diversas MMM manifestaram, por meio da produção de conteúdo. A primeira edição do evento, em 2017, foi alvo de ataques no Twitter por membros dos partidos de extrema-direita. O debate sobre se cristalizou em torno do fato que algumas das atividades eram reservadas exclusivamente às mulheres negras ou *racisées*[11]. Para abordar a questão do *racismo antibranco*, do qual as organizadoras foram acusadas, *Mrs Roots* (**figura 2**) publicou o artigo "Nyansapo: de qual cor é o festival" e utilizou a hashtag #JeSoutiensMwasi[12] para marcar sua posição durante a polémica.

A compreensão do conceito

A prática de Nina Dabboussi nas redes sociais é modificada pela interpretação que ela faz da interseccionalidade. Da mesma forma que o seu entendimento do conceito é transformado pela sua vivência digital. Durante a entrevista, é ela que propõe de pensar o conceito como uma "teia". Neste caso, as relações sociais se transformam em fios que ligariam indivíduos com experiências similares. De acordo com ela, apesar de compartilhar similitudes, poucos indivíduos terão os mesmos fios que você. Somente o exame de todos os fios que uma pessoa tece é possível entender as experiências sociais diferentes. Ela explica:

> *"A interseccionalidade é como uma teia que te permite compreender que, de lá onde te situas, és conectado à uma outra pessoa, que se situa do outro lado da teia. O que liga vocês duas é apenas um fio que pode ser 'a raça' ou 'a sexualidade'. Conhecer todos os outros fios que partem desta mesma pessoa é importante para entender o porquê tua vivência é tão diferente dela" (Entrevista com Nina Dabboussi, 3 de julho de 2020, 00:48:12).*

Figura 2. Tuíte de Mrs Roots de 01/07/2017 e artigo Nyansapo: De quelle couleur est le festival ? Disponível em: http://mrsroots.fr/2017/05/31/nyansapo-de-quelle-couleur-est-le-festival/. Acesso em: 27/10/2020.

Figure 2. *Mrs Roots' tweet from 07/01/2017 and Nyansapo article: De quelle couleur est le festival ? Available at: http://mrsroots.fr/2017/05/31/nyansapo-de-quelle-couleur-est-le-festival/. Accessed on: 27/10/2020.*

[9] Amandine Gay participou do *Festival internacional de mulheres no cinema*, em 2020, onde exibiu pela primeira vez a versão em língua portuguesa do documentário

[10] Para saber mais sobre as duas edições do festival em 2017 e 2019, acesse: https://nyansapofest.org/

[11] O termo *racisée* significa alguém à quem uma raça foi atribuída. Ele não faz referência a um grupo em particular, mas a diferentes povos, etnias e nacionalidades que têm em comum o fato de ser "racializado" por um grupo majoritário. No Brasil, por exemplo, seriam *racisés* as pessoas que foram colocadas nessa posição, como as diferentes populações indígenas e povos africanos, durante a colonização

[12] Tradução: #EuApoioMwasi

Na sequência, ela explica que as redes sociais permitem uma "multiplicação de si mesmo" e de encontrar outras pessoas com vivências semelhantes. Os diferentes espaços que ela atualiza – agrupados aqui pela MMM *Le cul entre deux châises*[13] – servem para articular justamente esses diferentes "fios" da sua identidade, sem que eles estejam em concorrência ou contradição. Como as gavetas abertas de uma cômoda:

> *"As redes sociais são como uma grande cômoda, onde você pode abrir várias gavetas ao mesmo tempo. Tens uma primeira gaveta que será sempre a maior de todas, ela representa uma característica marcante da tua identidade. Podes também abrir gavetas pequenas, que são características menores. Nas redes sociais podemos abrir todas essas gavetas ao mesmo tempo". (Nina Dabboussi, 1:23:53).*

Quando Nina Dabboussi fala "maior", ela faz referência a um aspecto indenitário que seria facilmente compartilhado com outras pessoas. No seu caso, ela se define como mulher e feminista. Seguindo esta lógica, um aspecto "menor" seria mais específico: a sua mestiçagem (francesa e libanesa) e a não heterossexualidade. São exatamente essas duas características "menores" que fazem com que ela tenha experiências diferentes do grupo majoritário (mulheres). Em outras palavras, a interseccionalidade interpela "o monopólio da representação dos grupos dominados pelos membros desses grupos que são detentores de propriedades dominantes, à exceção da propriedade que é o objeto da discriminação*"* (Jaunait e Chauvin, 2012:56). Assim, durante uma reunião sobre anticapitalismo, por exemplo, as pessoas abrem a gaveta classe. Por um momento, elas fecham as gavetas menores (gênero, raça, deficiência), pois a luta de classes é a prioridade do grupo reunido. Mesmo sendo um grupo minoritário, do ponto de vista de classe social, a precariedade torna-se para esses indivíduos o aspecto que reúne a maioria dos membros do grupo. Assim sendo, formulamos a seguinte hipótese: a interseccionalidade ganha força nas plataformas digitais justamente porque as ferramentas disponíveis permitem a expressão de uma categoria da população que não se reconhece nas estruturas coletivas historicamente consolidadas (como sindicatos e associações). Longe disto, a web parece o lugar onde uma expressão plural, pessoal e audaciosa de si mesmo é possível, sem que uma hierarquia entre classe-raça-gênero seja necessária.

A expressão criativa desses atores contribui inclusive para a transformação do sentido dado ao conceito. O que a interseccionalidade permite dizer? Por exemplo, a MMM *Afropea*[14] retrata artistas e personalidades que, nascidos na Europa de pais africanos, vivem na intersecção entre dois continentes, duas culturas, duas histórias. Invisíveis em um continente que ainda se pensa como branco, como explica a escritora camaronesa Léonora Miano, esses indivíduos crescem em *lugar algum*. Na Europa, eles são enviados simbolicamente a uma África idealizada, da qual eles conhecem pouco; e inversamente, na África, são considerados como estrangeiros. Em geral, "estamos falando de filhos e netos de imigrantes subsaarianos que, ao contrário de seus antepassados, só conhecem a vida em situação de minoria". (Miano, 2020:10).

Da mesma forma, *Fanm ka chaye ko* se inspira do termo *Feminismo decolonial* (Verges, 2019) para expor a realidade particular das mulheres que vivem nos departamentos ultramarinos franceses, como a ilha de Guadalupe, no Caribe. Sociedades que conheceram a colonização e fizeram parte do *Atlântico Negro*, como o sociólogo inglês Paul Gilroy (2017) chama o comércio triangular de escravos entre África, América e Europa. Por fim, *Lallab* que também é uma associação feminista, fala da interseccionalidade que atravessam as mulheres de cultura árabe ou muçulmana. Acontece que na França, com os atentados que marcaram o país nos últimos anos, a islamofobia ganhou espaço. As mulheres que portam o *hijab,* que elas sejam religiosas ou não, vivem uma realidade particular. Visualmente identificáveis, elas se tornam facilmente alvo de *estigmatização* no espaço público, político e midiático.

A forma de fazer coletivo

Esses atores não se reivindicam porta-vozes do movimento e não desejam falar em nome de todos. Eles consideram que, inicialmente, falam em primeira pessoa do singular. Em seguida, pela identificação que outros

[13] *A bunda entre duas cadeiras*, na tradução literal. É uma expressão que significa que a pessoa está dividida entre duas realidades, sem poder escolher ou se decidir por uma única dessas opções

[14] Diferente dos termos afro-americano e afro-brasileiro, *Afropea* não faz a junção de um país-nacionalidade e o continente africano. O termo serve para dar nome aos descendentes da imigração africana que nascem e/ou crescem na Europa, mas que não são considerados como tal por pertencerem também (real ou supostamente) à uma outra cultura ou etnia

indivíduos manifestam, eles passam a pensar em um "nós". A motivação principal deles é expressar um sentimento de indignação e descontentamento com a falta de representatividade no espaço mediático e de produções culturais. Frequentemente visto de forma estereotipada, ao ter consciência deste "reconhecimento negado", eles passam à ação (Granjon, Denouël, 2010:30). Ou seja, eles decidem criar formas de autoexposição, onde eles podem controlar e definir a mensagem que desejam passar. Como Anas Daïf menciona logo no começo da entrevista:

> *"Sou um homem marroquino, mulçumano e homossexual. Sou de nacionalidade francesa, bebo [álcool] e como carne de porco, não pratico a religião. Todas as essas dimensões se entrecruzam, são diferentes interseccionalidades. Eu nunca tive um modelo, eu nunca assisti a qualquer coisa que me dissesse que pessoas como eu existem. Eu passei uma parte da minha vida frustrado e escondido. [A criação do podcast] foi a maneira que eu encontrei para dar voz às minorias, com toda a interseccionalidade, motivo pelo qual chamo-o de Na intersecção" (Entrevista com Anas Daïf, 27 de junho de 2020, 00:02:44).*

Este trecho da entrevista com Anas Daïf revela que, para esses atores, o coletivo é uma extrapolação do pessoal. Isso significa que as mobilizações coletivas que eles esperam gerar com a criação de um MMM respondem aos interesses particulares. Eles partem das experiências íntimas, vividas inicialmente de forma individual, para depois serem compartilhadas com outros-semelhantes. A hipótese que defendemos é que a interseccionalidade não constrói uma causa coletiva uniforme, mas se constitui a partir da soma de causas individuais. Claro, não podemos negar que todas essas vozes isoladas formam – juntas – uma organização coletiva. A imagem de uma rede[15] é novamente necessária aqui, para enxergarmos as conexões que são feitas entre atores.

Com a ajuda do programa *Hyphe*[16] decidimos recriar visualmente a ligação entre esses atores (**figura 3**). Para construir esse desenho, utilizamos os *hyperlinks* de todas as páginas, perfis e contas que compõem nossa pesquisa de campo. O objetivo é sabermos quem está conectado com quem. Para isso o programa faz uma investigação automatizada de todos os hipertextos que essas páginas contêm, com o objetivo de identificar e indexar os links que são feitos entre MMM[17]. A disposição da rede nos permite duas interpretações. A primeira é que nenhum ator se encontra em lugar de destaque. Sabendo que essa rede é composta por indivíduos (sozinhos ou em duplas) e coletivos[18], percebemos que a posição que eles ocupam na rede é relativamente equilibrada. Ao menos, nenhum deles ocupa um lugar de destaque. A segunda, o que aparece centralizado nessa imagem são as MMM criadas por feministas negras (*Mrs Roots, Mwasi, Keyholes & Snapshots*). O que podemos entender pelo fato que a interseccionalidade foi fabricada por mulheres negras e chega na França como contribuição do *Black Feminism.* Igualmente pelo fato que começamos esta pesquisa de campo com um grupo de seis feministas negras presentes no YouTube. Contudo, essa presença mais visível das militantes negras sugere que a componente raça é importante para entender a composição desse grupo. O que justifica igualmente a posição dos atores mais afastados, pois *Extimité, Aux marches du palais, Miroir Miroir* falam pouco (ou nada) sobre questões etnorraciais.

Assim sendo, podemos entender essa rede a partir de dois critérios: interpretação comum dos fatos sociais (1) e a organização de ações pontuais e coordenadas (2). Esses atores coexistem em torno de um "mundo simbólico comum" (Granjon, 2018) e de objetivos definidos *na* e *pela* ação. Dominique Cardon e Fabien Granjon (2013) falam de um midiativismo que é "assegurado por um consenso que define um imperativo de ação comum" (Cardon e Granjon, 2013:179). O que torna isto visível são as *práticas solidárias* (identificação nas publicações feitas nas redes sociais; produção conjunta de conteúdo), as *manifestações organizadas* (workshop, debates, marchas) e a *articulação equilibrada* entre atores individuais e co-

[15] Podemos chamar também de Comunidade de ação em referência aos trabalhos de Fabien Granjon e Zeynep Tufecki sobre a mobilização e a participação cidadã aos movimentos sociais conectados

[16] Criado pelo *Medialab* de Sciences Po Paris, *Hyphe* é um software de criação e tratamento de base de dados web que funciona com um algoritmo do tipo *crawler*. Para saber mais: http://hyphe.medialab.sciences-po.fr/

[17] Sem levar em consideração as interações com os seguidores e com as mídias tradicionais; apenas a ligação entre ator por meio da indexação de hypetextos

[18] Associações formalizadas (estatuto, ata, identidade jurídica), como *Mwasi, Lallab, AssiègéEs, Les dévaliseuses, Intersection Scien-cesPo Aix*

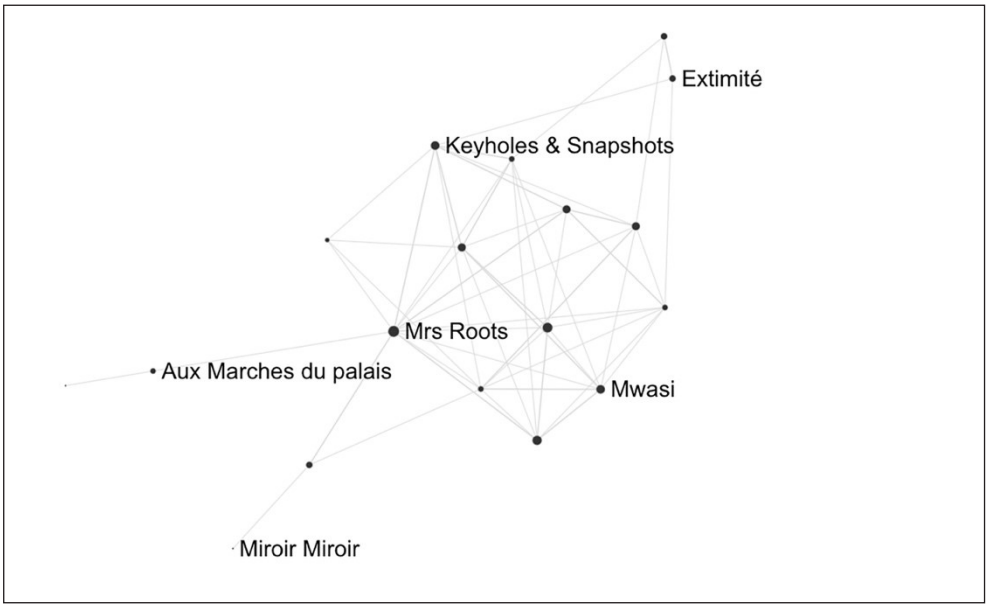

Figura 3. Conexão hyperlink entre MMM, gerada automaticamente pelo programa Hyphe. Acesso em: 11/02/2020.
Figure 3. *Hyperlink connection between micromedia, automatically generated by the Hyphe program. Accessed on: 11/02/2020.*

letivos. Para citar apenas um exemplo da capacidade de mobilização dessa rede, podemos falar da atuação desses atores nas mobilizações organizadas em 2020 por Assa Traoré[19] para denunciar a violência policial nas regiões periféricas de Paris, em reação à morte de George Floyd e da campanha *Black Lives Matter* nos Estados Unidos. Atores de diferentes MMM participaram da marcha organizada por ela no dia 2 de junho de 2020 em frente ao Tribunal de Paris e produziram conteúdo sobre o assunto para suas respectivas audiências (**figura 4**).

Condições de emergência

Não poderíamos terminar este artigo sem nos atermos às condições de emergência dessas MMM na web francesa. Consideramos esse ponto importante para insistir no fato que esses atores são *micros,* se comparados com outros atores midiáticos tradicionais. Eles estão submetidos a determinadas condições de ordem política (1) e material (2), bem como em posição de desvantagem em relação às plataformas que utilizam (3).

Com relação às condições políticas, nós abordamos o fato que essas MMM evoluem em um contexto que é hostil às questões de raça-classe-gênero. Isso implica em duas coisas: falta de informação oficial e em francês sobre o assunto; falta de apoio institucional ou de Estado para as pessoas que o produzem. O que nós podemos resumir pela tendência que essas MMM têm de adotar um tom pedagógico, ou seja, visam educar as pessoas sobre a interseccionalidade *via* a produção de conteúdo informativo e alternativo. O fato é que se dar como objetivo de educar toda uma sociedade é exaustivo para esses atores, que empenham tempo e energia, sem conseguir "avançar", como explica Vénus Liuzzo:

> *"Um assunto aparece [no Twitter] por exemplo no primeiro dia do mês. Em seguida, nós falamos sobre ele durante cinco dias, mas depois disso, como o tuíte desaparece, ninguém mais interage*

[19] Assas Traoré é uma militante antirracista francesa que luta contra as violências policiais. Ela fundou o Comitê de justiça para Adama, para pedir justiça pelo irmão Adama Traoré, morto depois de uma interpelação policial em 2016. Foi eleita em 2020 *Guardians of the Year* pela revista *Time* (Vol. 196, num. 23-24, 21 a 28 de dezembro de 2020, p. 68)

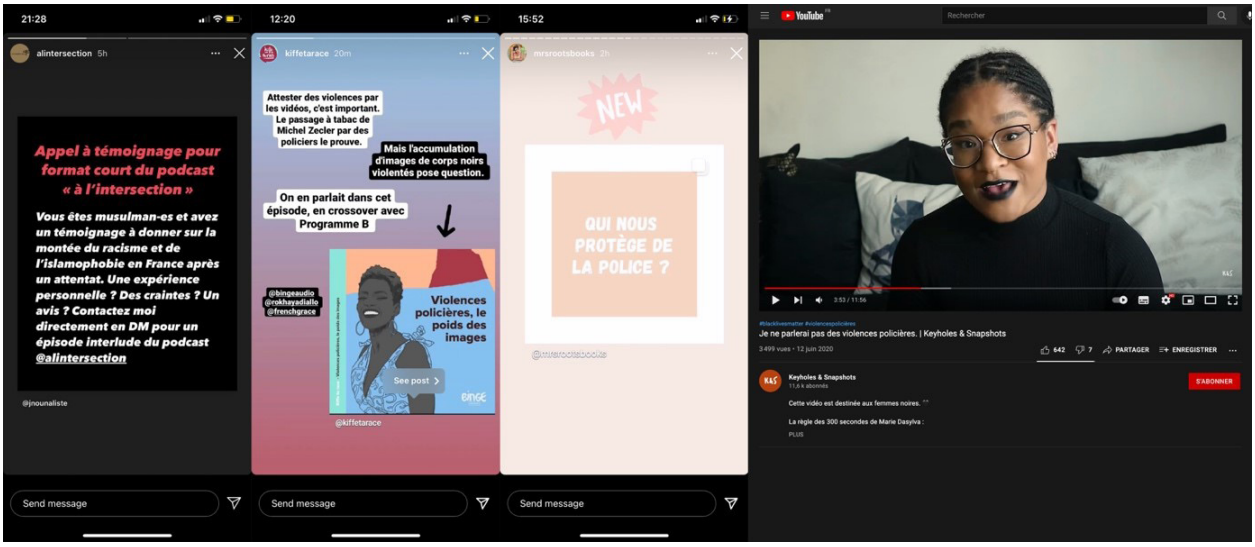

Figura 4. Publicação Instagram de À l'intersection de 27/11/2020; Instagram Story de Kiffe ta race de 27/11/2020, e Instagram Story de Mrs Roots de 8/12/2020; vídeo KEYHOLES & SANPSHOTS. 2020. Je ne parlerai pas des violences policières. Disponível em: https://youtu.be/6rP1moyYV8Q. Acesso em: 27/11/2021.

Figure 4. *Instagram post of À l'intersection from 11/27/2020; Instagram Story of Kiffe ta race from 11/27/2020, and Instagram Story of Mrs Roots from 8/12/2020; Video KEYHOLES & SANPSHOTS. 2020. Je ne parlerai pas des violences policières. Available at: https://youtu.be/6rP1moyYV8Q. Accessed on: 11/27/2021.*

> *com ele. Algum tempo depois alguém inicia o mesmo debate, pensando estar inventando alguma coisa nova, mesmo se nós já falamos sobre há um ano ou dois" (Entrevista com Vénus Liuzzo, 12 de fevereiro de 2020, 00:34:12).*

Já que falamos de tempo e energia, é importante ressaltar que esses atores trabalham de forma completamente voluntária e sem receber recursos financeiros (públicos ou privados). Isto implica diretamente nas condições materiais de existência dessas MMM, pois esses atores conciliam esta atividade com uma outra principal (emprego, estudo). Por um lado, o fato de ser independente do ponto de vista financeiro garante a esses atores a possibilidade-liberdade de definir o assunto, as fontes, os termos do conteúdo, sem ter a necessidade de conciliar isto com outros interesses. Por outro lado, isto prejudica a qualidade estética do material (por falta de equipamentos adequados e formação para utilizá-los profissionalmente) e de regularidade na publicação deste conteúdo (sobretudo por falta de tempo). Anna Tjé considera que a MMM *Revue Atayé* – criada por ela e Diariatou Kebe – é extremamente frágil: "a interseccionalidade está nisso também. Como produzir uma estrutura perene com potencialmente um modelo econômico, quando não tens fundo? Quando és uma pessoa marginalizada?" (Entrevista com Anna Tjé, 10 de fevereiro de 2020, 02:03:56).

Finalmente, existem as condições técnicas impostas pelas plataformas. O digital deu a esses atores a possibilidade de se encontrar, de estruturar uma causa e amplificar um discurso. No entanto não podemos esquecer que atrás da designação das plataformas como *"opportunity to act, connect, or speak in ways that are powerful and effective"* se dissimula um modelo comercial e de concepção (Gillespie, 2017). Um poder que se exerce de diferentes formas, mas particularmente através da *incitação*, da *obrigação* e do *enquadramento* dos processos de produção e práticas dos usuários (Badouard *et al.,* 2016).

O guia proposto pelo *Creators Academy* de YouTube é um bom exemplo para entender como a plataforma favorece o conteúdo *"Advertiser friendly"*. Clem do canal *Keyholes & Snapshots* tem alguns do seu vídeo categorizado automaticamente por YouTube como proibidos para menores de 18 anos. Ela não usa uma linguagem ofensiva (imagens e oral), não faz apologia ao uso de drogas ou ao consumo de bebidas alcoólicas. Mesmo assim seu conteúdo é classificado desta maneira, o que significa um impacto no número de visualizações e de interações

com novos seguidores. Para ela, as regras da plataforma são claras, o problema é que ela decidiu não as respeitar, em nome da sua integridade e da sua linha editorial. Ela explica: "YouTube é bastante rigoroso em relação ao que ele quer ou não, ao que ele encoraja ou não como conteúdo. Uma forma de censura disfarçada, pois ele não te dirá para não publicar, mas ele vai te desencorajar a continuar falando sobre um determinado assunto" (Entrevista com Clem, 20 de janeiro de 2020, 00:21:07). O fato é que a situação de oligopólio dessas plataformas se apoia em uma lógica liberal e de globalização da economia para dominar as práticas na Internet (Smyraios, 2016).

Discussão

Este artigo analisa o encontro entre a força performativa da interseccionalidade e a força performativa das plataformas digitais. Ele analisa 189 páginas, contas e perfis de 34 atores que produzem informação sobre a *lógica interseccional*. O que chamamos MultiMicroMedia (MMM) torna possível: o agrupamento de espaços multiplataforma na mesma entidade (a), a organização do campo de pesquisa para facilitar a análise (b), e a distinção entre objetos midiáticos e perfis privados em plataformas sociais. Para ilustrar, propomos a figura de uma *rede* que liga atores, as plataformas e o conceito de interseccionalidade. O resultado dessa interação pode ser dividido em três apontamentos. O primeiro é o uso de diversas plataformas, de forma autônoma, ao mesmo tempo que elas estão conectadas a um mesmo ator. Esses espaços testemunham uma porosidade, que faz com que o discurso sobre a interseccionalidade possa circular e alimentar debates e discussões. O segundo revela que essa prática multiplataforma expõe uma outra compreensão do conceito. Os atores encontram nesta forma de expressão, nativamente digital, a possibilidade de revelar diferentes aspectos das suas identidades, sem ter a necessidade de hierarquizar classe, raça e gênero. Finalmente, o terceiro. Se esses atores falam em primeira pessoa do singular, juntos eles formam uma comunidade de ação, que por sua vez reúne membros com uma mesma interpretação dos fatos sociais, de forma pontual, para agir coletivamente contra (ou a favor de um fato).

Longe das estruturas formais (associações, sindicatos), essa outra forma de fazer coletivo pode ser entendida como uma extrapolação do pessoal. Ou seja, na web, a interseccionalidade revela uma prática particular das plataformas digitais; ela constrói uma outra forma de causa coletiva, através da soma de causas individuais e contribui para apropriação do conceito no contexto francês. Finalmente, esse artigo se interessa pelas circunstâncias em que essas MMM emergem. Postulamos que para se constituir como MMM, esses atores precisam enfrentar três condições: políticas, materiais e técnicas. Se por um lado as redes sociais oferecem a possibilidade de criar um conteúdo alternativo, por outro, elas submetem esses atores às lógicas comerciais e liberais que as governam. Para empregar a analogia proposta por Zeynep Tufekci (2018), usar essas plataformas para estruturar uma ação política é comparável ao fato de deixar as praças e espaços públicos da cidade para se manifestar dentro de centros comerciais.

Referências

AKRICH, M. 1993. Technique et médiation. *Réseaux*, **11**(60):87-98.

AKRICH, M. et al. 2006. *Sociologie de la traduction.* 1ed., Paris, Presse des Mines, 304 p.

ATTON, C. 2001. *Alternative Media.* 1ed., Londres, SAGE Publications, 172 p.

BADOUARD, R. et al. 2016. Inciter, contraindre, encadrer. Trois logiques de gouvernementalité numérique. *French Journal for Media Research*, **6**. Disponível em: http://frenchjournalformediaresearch.com/lodel-1.0/main/index.php?id=1001. Acesso em: 23/09/2021.

BADOUARD, R. 2017. *Le désenchantement de l'internet. Désinformation, rumeur, propagande*. 1ed, Paris, FYP Editions, 180 p.

BALLE, F. 1998. *Dictionnaire des* médias. 1ed, Paris, Larousse, 320 p.

BERENI, L. 2012. Penser la transversalité des mobilisations féministes: l'espace de la cause des femmes. *In:* C. BARD, *Les féministes de la* 2ème vague, Rennes, Presses universitaires de Rennes, p. 27-41.

BILGE, S. 2013. Intersectionality Undone : Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. *Du Bois Review*, **10**(2):405-424.

BILGE, S. 2015. Le blanchiment de l'intersectionnalité. *Recherches féministes,* **28**(2):9–32.

BUTLER, J. 2017. *Le pouvoir des mots. Discurso de haine et politique du performatif.* 1ed, Paris, Éditions Amsterdam, 241 p.

CALLON, M. 1986. Éléments pour une sociologie de la traduction: La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc, *L'Année sociologique,* **36**:169-208.

CATELLIN, S. 2014. *Sérendipité: Du conte au concept.* 1ed, Paris, Éditions Seuil, 272 p.

CARDON, D.; GRANJON F. 2013. *Mediactivistes.* 2ed, Paris, Presses de Sciences Po, 220 p.

JAUNAIT, A.; CHAUVIN S. 2012. Représenter l'intersection: Les théories de l'intersectionnalité à l'épreuve des sciences sociales. *Revue française de science politique*, **62**:5-20.

DA SILVA, J. 2019. L'empowerment féminin noir sur YouTube en France. *Terminal*, **125-126**. Disponível em: http://journals.openedition.org/terminal/5453. Acesso em: 23/09/2021.

DA SILVA, J. 2020. Un concept sur la toile : le « je » et le « nous » des mobilisations afroféministes sur YouTube. *Le Temps des* médias, **34**:145-163.

DAVIS, K. 2015. L'intersectionnalité, un mot à la mode. Ce qui fait le succès d'une théorie féministe. *Les cahiers du CEDREF*, **20**. Disponível em: http://journals.openedition.org/cedref/827. Acesso em: 23/09/2021.

DENIS, J. 2009. Une autre sociologie des usages ? Pistes et postures pour l'étude des chaînes sociotechniques. *Documento de trabalho.* Disponível em: https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00641283/. Acesso em: 23/09/2021.

DESPONTIN LEFÈVRE, I. 2021. Retour sur un objet communicationnel situe. *Terminal*, **129**. Disponível em: http://journals.openedition.org/terminal/6918. Acesso em: 23/09/2021.

DORLIN, E. 2008. *Black Feminism. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000.* 1ed, Paris, L'Harmattan, 260 p.

DOWNING, J. D. H. 2000. *Radical Media. Rebellious Communication and Social Movement.* 1 ed., Londres, SAGE Publications, 440 p.

FASSIN, É. 2015. D'un langage l'autre : l'intersectionnalité comme traduction. *Raisons politiques*, **58**:9-24.

FASSIN, É.; VIVEROS VIGOYA, M. (2019). Intersectionnalité. *In*: F. COPERNIC, *Manuel indocile de sciences sociales: Pour des savoirs résistants*. Paris, La Découverte, p. 515-526.

GILLESPIE, T. 2017. The Platform Metaphor, Revisited. Disponível em: https://www.hiig.de/en/the-platform-metaphor-revisited/. Acesso em: 23/09/2021.

GILROY, P. 2017. *L'atlantique noir. Modernité et double conscience.* 1ed, Paris, Éditions Amsterdam, 384 p.

GRANJON, F; DENOUËL, J. 2010. Exposition de soi et reconnaissance de singularités subjectives sur les sites de réseaux sociaux. *Sociologie*, **1**:25-43.

GRANJON, F. 2001. *L'Internet militant. Mouvement social et usage des réseaux télématiques*. 1ed, Rennes, Éditions Apogée, 190 p.

GRANJON, F. 2018. Mouvements sociaux, espaces publics et usages d'internet. *Pouvoirs*, volume **164**(1):31-47.

GUILLAUMIN, C. 2016. Je sais bien mais quand même où les avatars de la notion de race. *In:* C. GUILLAUMIN, *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de nature*. Donnemarie-Dontilly, Éditions iXe, p. 201-211.

hooks, b. *Ne suis-je pas une femme ? Femmes noires et féminisme*. 1ed, Paris, Cambourakis, 295 p.

JOUËT, J. 1992. *Pratiques de communication et changement social.* Grenoble, França. Habilitation à diriger des recherches. Universidade Stendhal-Grenoble III, 224 p.

JOUËT, J. 2000. Retour critique sur la sociologie des usages. *Réseaux*, **100**(2):487-521.

JOUËT, J.; LE CARROF, C. 2016. L'observation ethnographique en ligne. *In:* C. BARATS (org), *Manuel d'analyse du web*. 1ed, Malakoff, Armand Colin, p. 156-175.

LARCHER, S. 2017. Nos vies sont politiques ! L'afroféminisme en France ou la riposte des petites-filles de l'Empire. *Participations*, **19**:97-127.

LEMIEUX, C. 2018. *Sociologie pragmatique.* 1ed, Paris, La Découverte, 130 p.

LOVELUCK, B. 2018. *Redes, liberdades e controle. Uma genealogia política da internet.* 1ed, São Paulo, Vozes, 392 p.

LÉPINARD, E.; MAZOUZ, S. 2019. Cartographie du surplomb. Ce que les résistances au concept d'intersectionnalité nous disent sur les sciences sociales en France. Disponível em: https://mouvements.info/cartographie-du-surplomb/. Acesso em: 23/09/2021.

MIANO, É. 2020. *Afropea. Utopie post-occidentale et post-raciste.* 1ed, Paris, Grasset, 224 p.

NDIAYE, P. 2008. *La condition noire. Essai sur une minorité française.* 1ed, Paris, Gallimard, 521 p.

OTHIENO, C. A.; DAVIS, A. 2019. Those Who Fight For Us Without Us Are Against Us: Afrofeminist Activism in France. *In: To Existi s to Resist. Black Feminism in Europe*. A. EMEJULU; F. SOBANDE (org). 1ed, Londres, Pluto Press, 310 p.

POELL, T. et al. 2019. Platformisation. *Internet Policy Review*, **8**(4):2-13.

POELL, T. 2020. Three Challenger for Media Studies in the Age of Plateforms. *Television & New Media,* **21**(6):650-657.

PROUXL, S. 2020. *La participation numérique: une injoction paradoxale.* 1ed, Paris, Presse des Mines, 181 p.

RIEFFEL, R. 2005. *Que sont les* médias? *Pratiques, identités, influences.* 1ed, Paris, Gallimard, 544 p.

RODRIGUES, C.; GONÇALVES FREITAS, V. 2021. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciências Políticas,* **34**:1-54.

SMYRAIOS, N. 2016. L'effet GAFAM : stratégies et logiques de l'oligopole de l'internet. *Communication langages*, **188**(2):61-83.

SUZINA, A.C. 2019. Ruptura digital e processos de participação em mídias populares no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,* **42**(3):61–76.

THIAM, A. 1978. *La parole aux negresses.* 1ed, Paris, Éditions Denoël/Gonthier, 189 p.

Thiong-Kay, L. 2020. L'automédia, objet de luttes symboliques et figure controversée. Le cas de la médiatisation de la lutte contre le barrage de Sivens (2012-2015). *Le Temps des* médias, **35**(2):105-120.

TUFEKCI, Z. 2018. *Twitter and tear gas : the power and fragility of networked protest.* 1ed, Londres, Yale University Press, 360 p.

VAN DIJCK, J. et al. 2019. Reframing Platform Power. *Internet Policy Review*, **8**(2):651-656.

VERGES, F. 2019. *Un féminisme décolonial*. 1ed, Paris, La Fabrique, 143 p.

VINCK, D. 2007. *Sciences et société. Sociologie du travail scientifique.* 2ed, Paris, Armand Colin, 303 p.

YONG JIN, D. 2013. The Construction of Plateform Imperalism in the Globalization Era. *Triple C,* **11**(1):145-172.